

## **O QUE HÁ POR TRÁS DO FRACASSO ESCOLAR DE CRIANÇAS NEGRAS**

Autora: Gerusa Faria Rodrigues

*Professora SME Duque de Caxias*

*Professora Curso de Pedagogia – Universidade Católica de Petrópolis-  
[rodriguesgerusa@hotmail.com](mailto:rodriguesgerusa@hotmail.com)/[gerusa.rodrigues@ucp.br](mailto:gerusa.rodrigues@ucp.br)*

### **Resumo**

O trabalho que se apresenta visa discutir de que maneira as instituições escolares corroboram na manutenção do fracasso escolar das crianças negras dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Existe a crença de que todas as crianças ao adentrarem a escola desfrutem das mesmas oportunidades educacionais, o que não se configura como verdade. Vivemos em uma sociedade com uma grande estratificação social e com uma presença marcante do racismo institucional, que se faz presente nas instituições escolares, o que nos leva a questionar como estes fatores contribuem ou são determinantes para o fracasso escolar de crianças negras. Compreender como o fracasso escolar se estrutura pode ser um meio de superar o baixo rendimento e ampliar possibilidades de sucesso escolar de estudantes negros. Para efetivação do estudo foi realizada pesquisa bibliográfica a aportes teóricos variados e aos dados produzidos por uma pesquisa realizada pela autora do texto, em uma escola da rede municipal de Duque de Caxias.

**Palavras Chave:** Crianças negras, fracasso escolar, escola.

### **Introdução**

No meio educacional os resultados obtidos pelos alunos é o balizador do sucesso ou fracasso escolar, passando por aprovações, reprovações e evasão escolar, via de regra, os avanços reais dos estudantes não é considerado para fins de identificar sucesso ou fracasso. Os estudos apontam que o fracasso escolar atinge em grande parte as crianças negras dos anos iniciais por fatores variados como vulnerabilidade social, aspectos socioeconômicos, e até mesmo, baixo capital cultural.

De acordo com Arroyo (1997, p. 12):

Podemos partir da hipótese de que existe entre nós uma cultura do fracasso que dele se alimenta e reproduz. Cultura que legitima práticas, rotula fracassados, trabalha com preconceitos de raça, gênero e classe, e que exclui, porque reprovar faz parte da prática de ensinar-aprender-avaliar.

De acordo com os apontamentos do autor citado anteriormente a escola auxilia na produção do fracasso escolar e o mantém por acreditar que a estrutura funciona de modo excludente e seletivo. Na atualidade, o acesso à educação escolar apresenta diferenças

mínimas de ingresso por negros e brancos, mas as oportunidades educativas ainda são bem distintas.

O Brasil é um país com um expressivo contingente de negros, com uma desigualdade social entre estes grupos bastante significativa; essa diferença social se reflete também nas instituições escolares, que são espelhos dos discursos e práticas de preconceito racial. A tarefa de educar em uma sociedade multiétnica e pluricultural como a brasileira requer que as tensões existentes nessas relações não sejam naturalizadas, assim como é preciso admitir que a sociedade, de modo geral, se projeta como branca e não existe democracia racial como se acredita, principalmente, no espaço escolar.

O fator social vem sendo pesquisado e apontado como um dos determinantes para o baixo desempenho escolar em crianças negras, já que essa parcela da população está desproporcionalmente entre os mais pobres do país. Pretos e pardos representam pouco menos da metade população do Brasil, mas estão entre os 60% dos mais pobres (LOUZANO, 2013). As estatísticas apontam ainda que os meninos negros tendem a fracassar mais que as meninas negras, e, ao reconhecer a concentração das alunas e alunos negros nas camadas mais pobres da população, há uma tendência a deslocar o problema para a pobreza e não considerar as questões raciais.

De acordo com Gonçalves e Silva (2015, p. 13)

... Essa distância tem levado a que se avalie o insucesso escolar de muitas crianças negras, erradamente, atribuindo – o desde a falta de preparo, capacidade, até à falta de acesso a livros, jogos eletrônicos, passeios, viagens. A falta de diálogo entre escola, famílias, comunidades, movimentos sociais tem levado a imaginar equivocadamente que as vivências de crianças negras fora da escola muito pouco ou em nada podem contribuir para aprendizagens escolares.

De acordo com a pesquisa realizada por Louzano (2013), ser preto aumenta a probabilidade de fracasso escolar em todas as regiões do país; em todos os níveis de educação, os negros tendem a repetir e abandonar a escola mais do que os colegas brancos e pardos. Essas informações confirmam a hipótese de que o fracasso escolar é mais expressivo entre estudantes negros.

Mas, de que maneira a escola contribui para que o fracasso escolar das crianças negras se mantenha? E, por que o sucesso escolar de meninas e meninos negros não ganhe projeção no ambiente escolar?

Abordar questões relacionadas às desigualdades raciais e ao preconceito racial não é tarefa das mais simples, pois em nosso país vivemos sob a égide do mito da democracia racial, o que faz com que existam professores que defendam que as discussões sobre as questões étnico-raciais devam ser suscitadas por colegas negros ou pelo movimento negro em ambientes específicos, já que, segundo a visão desses profissionais, vivemos em um país mestiço, e as poucas situações de racismo, que eventualmente possam acontecer, não ocorrem dentro do espaço escolar, o que infelizmente não se verifica como verdade.

Existe a crença de que todos possam desfrutar das mesmas oportunidades educativas, o que não se configura como verdade, pois as relações que se estabelecem, são geradoras de grandes desigualdades, que culminam no baixo rendimento de alunos e alunas negras. É necessário que haja discussões mais aprofundadas sobre os efeitos dos atos discriminatórios, de injúria racial e de racismo sobre crianças negras no ambiente escolar. Sobre tal afirmativa Cavalleiro (2001) aponta:

A criança negra que passa por constrangimentos normalmente não é “acolhida”. A ausência de atitude por parte de professores (as) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus/suas educadores/as. Por outro lado, para a criança que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a ação visto que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado. A convivência por parte dos profissionais da educação banaliza a discriminação racial (p. 146).

Dessa forma, a banalização das ofensas raciais e atos de racismo dentro das escolas fazem com que crianças que foram submetidas a estas situações se sintam invisíveis, impotentes e subjugadas.

É imprescindível reconhecer que há desigualdade racial na educação, para que se possa questionar o dia a dia e transformar as práticas pedagógicas, reconhecer que há uma hierarquia racial expressa através de padrões estéticos, de menosprezo da cultura negra e de haver críticas tendenciosas por parte dos docentes sobre o comportamento de crianças negras dentro da escola. As atitudes apresentadas contribuem de forma bastante significativa para a criação ou reforço do sentimento de inferioridade e de baixa autoestima (CAVALLEIRO, 2001).

O racismo faz com que crianças negras não se reconheçam como tal e desejam embranquecer: há um ideal a ser perseguido, tornar-se branco, ter o comportamento padrão do branco, para dessa forma ser socialmente aceito e, quiçá, inserido nesse universo branco

consiga ascensão social para deixar a condição de subjugado. Sobre tais afirmativas podemos encontrar maior compreensão no seguinte trecho de Sousa:

O racismo esconde assim seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. Todo ideal identificatório do negro converte se, desta maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros deverão desaparecer (1983, p. 5).

A pluralidade cultural dentro da escola, apesar de ser uma presença forte e constante, é pouco discutida: os profissionais que atuam nesse ambiente buscam fazer com que tal pluralidade se torne invisível por meio de um currículo que, muitas vezes, não privilegia as discussões sobre o respeito às diferenças, aos direitos igualitários, além de dar ênfase ao saber dos grupos poderosos, dominantes e privilegiar uma cultura eurocêntrica. O conhecimento que circula na escola tem, como base, o pensamento e compreensão das crianças por meio de uma visão europeia, que desconsidera nossa realidade e principalmente as influências da cultura negra.

Mas, seria possível repensar a educação formal de maneira a superar o racismo existente no espaço escolar?

## **CONSTRUÇÃO DO PERTENCIMENTO ÉTNICO RACIAL À SUPERAÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR**

A Lei Nº 10.639/2003 pode ser considerada como propulsora de avanços na discussão étnico-racial nas escolas, trazendo à tona pontos importantes, antes trabalhados apenas pelo movimento negro e que estiveram invisíveis ou inexistentes dentro das escolas. Entretanto, é importante salientar que as discussões e ações do movimento não aconteceram de forma estanque apenas no momento da criação da lei. As articulações ganharam força a partir dos anos de 1980, pois neste período ocorreram mudanças significativas na perspectiva de lutas contra o racismo, sendo que uma das estratégias passa a ser a busca por ações afirmativas para os negros no Brasil, como a referida lei e também as cotas raciais (PEREIRA, 2016).

Contudo, não se pode considerar que tais avanços sejam suficientes, que de fato houve mudanças significativas nos currículos escolares ou nas posturas dos professores, principalmente dos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde a discussão, na maior parte das vezes, quando acontece se dá em datas comemorativas e as situações de racismo se tornam invisíveis.

As escolas, assim como a sociedade em geral, não promovem relações étnicas raciais equânimes, e, mantêm as relações de dominação e desrespeito com as crianças que frequentam este espaço.

Segundo Bento (2002):

(...) Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa informação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se à classe social. Com certeza esse dado é importante, mas não é só isso (p. 27).

E, tal privilégio não é aceito e tão pouco discutido nas escolas, professores e todos que compõe as equipes escolares necessitam se preparar e para combater o racismo, desconstruir posturas e buscar alternativas para a construção de uma educação antirracista que combata privilégios, subalternizações e preconceitos. Este poderia ser um caminho para uma educação que promova igualdade e, supere o fracasso escolar a que crianças negras são submetidas. A construção de pertencimento à cultura negra, da negritude de meninos e meninas negras, é um caminho que pode auxiliar significativamente nesta superação.

Dentro da escola, a construção da negritude dos alunos pode contribuir para firmar sua identidade e, conseqüentemente, para a composição de modelos positivos. Superar os limites históricos e sociais impostos sobre a discussão do racismo e sobre os conhecimentos acerca dos afro-brasileiros deve fazer parte de um conjunto de ações que visem melhorar a autoestima de crianças negras, para que elas construam uma autoimagem positiva, transpondo, assim, as barreiras impostas pela sociedade. É preciso estabelecer discussões que ultrapassem os tópicos especiais e as datas comemorativas, que mais servem para ratificar estereótipos do que para valorizar a origem e cultura dos alunos.

De acordo com Domingues (2005):

(...) negritude passou a ser um conceito dinâmico, o qual tem um caráter político, ideológico e cultural. No terreno político, negritude serve de subsídio para ação do movimento negro organizado. No campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural africana. Portanto, negritude é um conceito multifacetado (p. 26).

O processo de construção do pertencimento a cultura negra se dá em diversos meios, com tensões e consensos entre grupos variados, crianças negras se constroem em situações de conflitos e desqualificação, passando a utilizar como referencial a família, grupos sociais similares ou mesmo movimentos organizados. Dessa forma, a escola deveria ser um local que auxiliasse nessa busca e aceitação de sua negritude, o que em geral não ocorre.

A escola que deveria ser a difusora de práticas emancipatórias, auxiliando com o rompimento do preconceito racial, muitas vezes reforça o preconceito, seja por falta de conhecimento e domínio sobre o tema por parte de professores e dirigentes, seja por abrigar docentes e discentes preconceituosos. Pouco se sabe sobre o continente africano e o conhecimento que é apresentado sobre a África remete ao escravismo e aos cultos religiosos, o que gera mais preconceito, por não ser a religião dos europeus, brancos e colonizadores. Nas escolas, quando se fala em religiões de matriz africana, estas são associadas à satanização e a práticas malignas de “gente preta e pobre”.

A escola tende em suas mais variadas práticas a reafirmar o mito da superioridade branca, que é possível compreender melhor no trecho a seguir:

A ausência de negros/as ou a exposição como inferiores em livros didáticos, cartazes, vídeos e em outros recursos utilizados, reforça o estigma da população negra e dos/as estudantes negros. Por outro lado, há um reforço na construção do imaginário acerca da superioridade branca. A meta deve ser o respeito aos valores culturais e aos indivíduos de diferentes grupos, o reconhecimento desses valores culturais e a convivência. A convivência com a diversidade implica em experimentar o respeito à diferença. Esses são os passos essenciais para a promoção da igualdade de direito (RIBEIRO apud RIBEIRO, SOUZA, 2008, p. 95).

A sociedade, em seus mais diversos veículos de divulgação ideológica e de consumo, como propagandas, filmes, novelas e mídias em geral, colaboram para esse estigma social, já que em grande parte das vezes o negro é posto em condição servil e precária, além de em poucos momentos ser colocado como consumidor de produtos de maior valor. Muito pouco se discute no país ou nas escolas se há diferenças significativas em ser branco e pobre e em ser negro e pobre.

Um passo inicial para a mudança de posturas dentro das escolas seria construir uma educação antirracista, assim como reconhecer que não vivemos uma democracia racial, apesar de não experimentarmos segregação racial formal. É preciso possibilitar que todos os alunos independente de raça, classe social, credo ou orientação sexual compreendam que vivemos em uma sociedade plural e que necessitamos valorizar a cultura de todos os povos que

ajudaram a construir o país. Encontramos apoio para os apontamentos realizados anteriormente em Gonçalves e Silva:

Passo importante, nesse sentido, é deixar de admitir que a história do Brasil continue sendo escrita no singular, ou a partir unicamente de uma visão eurocêntrica. As histórias e culturas que constituem o povo brasileiro têm de ser igualmente valorizadas, estudadas do ponto de vista de suas raízes indígenas, africanas, asiáticas, europeias. E certamente esse é um esforço complexo, exige desconstruir ideias preconcebidas, abolir atitudes desrespeitosas, aprender a respeitar, compreender e articular distintos pontos de vista, visões de mundo, experiências de vida, construções de espiritualidade, de pertencimento étnico raciais ( 2015, p. 12).

Para discutirmos de maneira profícua as questões da pluralidade cultural que compõe o espaço escolar, precisamos pensar a formação de professores para as relações étnico raciais, pois, toda a militância do movimento negro, engajamento da família, podem não surtir os efeitos desejáveis se não houver professores preparados para pensar estas questões, e, uma educação antirracista trazendo para as escolas pontos relativos à história e cultura africana e valorização dos padrões estéticos e culturais da cultura negra dos afro brasileiros.

As ações de formação continuada são necessárias para que se alcance a construção de uma educação voltada para igualdade étnico racial, porém, para uma mudança real de paradigmas precisamos encontrar professores dispostos a combater o racismo e a discriminação, que estejam dispostos a repensar práticas, materiais didáticos e, principalmente estimular crianças negras a atingirem o sucesso escolar por meio da oferta de oportunidades educativas equânimes.

## **DADOS IMPORTANTES EXTRAÍDOS DA ROTINA ESCOLAR**

Foi realizada uma pesquisa em uma escola da rede municipal de Duque de Caxias, que utilizou como metodologia estudo bibliográfica a fontes variadas e uma investigação de campo com professores dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, que se dispuseram a colaborar com o trabalho e com alunos dos anos finais, que objetivou buscar meios de discutir as questões étnico-raciais no ambiente escolar, possibilitando o surgimento de alguns dados importantes que emergiram neste contexto.

Um dos aspectos mais relevantes extraídos da pesquisa inicial foi que há poucas discussões étnico-raciais nos anos finais e a quase inexistência delas nos anos iniciais. Os professores de ambos os segmentos, em geral, não apresentam formação ou informações sobre história e cultura africana, fazendo com que as poucas discussões que ocorrem girem em torno da escravidão no Brasil.

Os alunos participantes alegaram, em sua totalidade, já terem sido submetidos a situações de preconceito ou mesmo de racismo e sentiram vergonha ao serem expostos, fazendo com que não houvesse coragem para denunciar. Em alguns casos, a falta de conhecimento de que o ocorrido se tratava de discriminação, ou mesmo racismo, contribuía de forma significativa para que os agredidos se sentissem envergonhados, apesar de não perceberem a gravidade dos fatos, pois essas situações são naturalizadas por quem as pratica, presencia ou tomadas como meras brincadeiras.

Há indícios de que a invisibilidade dessas situações e a falta de discussões sobre as questões étnico-raciais no espaço escolar apresentam uma relação entre o baixo desempenho escolar de meninos e meninas negras. O fato de haver poucas crianças negras nos anos iniciais com um bom desempenho escolar chamou a atenção, pois, os dados da pesquisa e o cotidiano apontam a presença do racismo e seus efeitos nocivos às crianças negras, mas as poucas delas com desempenho elevado não se destacam dentro do grupo de alunos e alunas, em muitos casos, não são vistas como exemplos positivos ou mesmo referências para outras crianças negras, que comumente, se destacam por seu mau comportamento, insubordinação ou baixo desempenho.

Este estudo realizado com uma pequena amostra de alunos, nos leva a inferir que o racismo faz parte do cotidiano escolar, assim como está presente em todas as instituições sociais. Há indícios que estas manifestações preconceituosas e racistas, como brincadeiras, piadas, apelidos pejorativos, são naturalizadas na escola, pelos atores envolvidos, mas, principalmente por professoras, professores, alunas e alunos brancos.

Em muitos momentos é possível perceber nos educadores que, ao trabalhar com questões das características culturais dos alunos, há um desejo de alterá-las, podendo ser traduzido em uma forma de etnocentrismo educacional, anulando processos diferentes nos aspectos culturais e educativos. Dessa forma, o aluno ideal, que em grande parte das vezes é branco, deve servir como referência, fazendo com que todos os outros neguem suas diferenças, sua negritude, cultura e identidade. Muitos se rebelam, resistem, mesmo que de forma inconsciente, o que é traduzido pelos professores e professoras como indisciplina, pois, tudo que foge ao etnocentrismo branco é considerado comportamento marginal (ROMÃO, 2001).

Dessa forma, os dados apresentados apontam para a influência do racismo no baixo desempenho de alunos e alunas negras e, que nem sempre crianças negras desfrutam das



mesmas oportunidades educativas que as crianças brancas, fato que pode contribuir para perpetuar as desigualdades existentes dentro do sistema educacional e ao racismo que permeia nossa sociedade. Neste contexto há a crença de que crianças pobres e negras não aprendem.

Em Silva et al., encontramos apoio para as afirmativas anteriores:

Dessa forma, o assim chamado fracasso escolar, que termina por excluir do sistema educacional, e muito provavelmente da sociedade como um todo, uma enorme massa de crianças, atinge em especial as crianças negras. Ao analisar as práticas discriminatórias sistemáticas que acontecem no sistema educacional brasileiro que não são discriminações raciais abertas, mas ocorrem frequentemente por meio de livros didáticos, da representação na história e na geografia e da prática ideológica (ótica distorcida de uma percepção racista) de professores, diretores e funcionários (1997, p. 32).

Os dados que emergiram com o estudo apontam para os efeitos do racismo no sobre o baixo rendimento escolar de crianças negras, questão que em muitas pesquisas não emerge como fator relevante, pois, como dito anteriormente o baixo rendimento escolar de meninos e meninas negras ainda está atrelado às questões sociais e a discriminação e preconceito figuram de maneira discreta nas pesquisas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do presente texto algumas questões foram discutidas como os preconceitos presente nas escolas, o fracasso escolar, a necessidade de construção de uma representação positiva em crianças negras.

Entretanto, seria importante considerar um dado relevante neste processo que necessita ser discutido e aprofundado, a necessidade de repensar a formação de professores, já que estes, em muitos casos não estão preparados e até mesmo não apresentam interesse em construir uma educação antirracista e que proporcione igualdade de oportunidades educacionais.

Ainda hoje, somos um país de valores culturais europeus e com uma ideologia racista, logo, nosso sistema educacional está a serviço de quem domina a sociedade. Os formuladores do ensino e políticas educacionais pertencem a uma elite intelectual branca, em geral não há nas escolas discussões sobre a cultura africana, autores deste continente não são lidos, outras formas de expressão artística e cultural estão restritas a culinária, música e dança. (TRINDADE, 1994).

O conhecimento sobre o continente e cultura africano, é muito reduzido, a luta pela liberdade, os focos de resistência a escravidão são pouco conhecidos, e como respeitar ou

valorizar aquilo que não se conhece? É necessário que estudos mais aprofundados sobre o continente, cultura e as reais contribuições dos africanos das várias nações que aportaram no Brasil, e que estão tão presentes na constituição do povo brasileiro, façam parte dos currículos escolares, pois, somente através do conhecimento destas questões, será possível um enfrentamento real do racismo e da naturalização das situações de preconceito tão presente nas escolas, possibilitando assim, a construção de uma valorização cultural, representação social profícua para crianças negras, fatores que poderiam contribuir para a superação do fracasso escolar das crianças negras.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Fracasso- Sucesso: O peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICZ, A. MOLL, J. (org.). **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1997. p. 11 – 26.

BENTO, M.A.S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I. & BENTO, M.A.S. (orgs.). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25- 57.

CAVALLEIRO, E. Educação anti - racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e anti- racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141- 160.

DOMINGUES, P. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Mediações- Revista de Ciências Sociais**. Londrina. V. 10, n.1, p. 25 – 40, jan/jun 2005.

GONÇALVES E SILVA, P. B. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 161 – 187, 2015.

LOUZANO, P. Fracasso escolar: evolução das oportunidades educacionais de estudantes de diferentes grupos. **Cadernos Cenpec**. São Paulo. V.3, n. 1, p. 111- 133, jun. 2013.

PEREIRA, A. A. O movimento negro brasileiro e a lei nº 10.639/2003: Da criação aos desafios para a implementação. **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 13- 30, ago/dez de 2016.

RIBEIRO, A.L. Discriminação Racial: a visão do professor mediante o racismo na escola. **Reflexão, Ação e Educação: Revista de Ciências Sociais e Humanas**. Brasília, v. I, n. 01, p. 30- 44, Jun. 2012.

ROMÃO, J. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. In: CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e anti- racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 161- 178.

SILVA et al., De como a escola participa da exclusão social: Trajetórias de reprovação das crianças negras. In: ABRAMOWICZ, A. MOLL, J. (org.). **Para além do fracasso escolar.** Campinas, SP: Papyrus, 1997. p. 27- 46.

SOUSA, N. S. **Tornar- se negro: as vicissitudes da identidade do negro.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TRINDADE, A.L. **Racismo no cotidiano escolar.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: [s.n], 1994.